(trinta) dias, nos termos do Parágrafo único, do art. 201, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 21 de junho de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2462/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 16149/2010, de 10.05.2010, CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.94, CONSIDERANDO, finalmente, o que preceitua em tese o art. 177, inciso IX, letra b, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.94, R E S O L V E :

I – INSTAURAR Sindicância Investigatória objetivando a apuração das irregularidades cometidas, e se for o caso, posterior aplicação das sanções administrativas cabíveis.

II – DETERMINAR que os servidores estáveis WAGNER ARAGÃO SALES (Presidente), JACIREMA JENNY NUNES GOMES e MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO, apurem os fatos relatados no Processo nº 111/2010/SGJ-TA.

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 201, parágrafo único, do mesmo Diploma Legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 21 de junho de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1739/2010-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 835/07-MP/PGJ, de 19 de março de 2007, R E S O L V E :

I - ALTERAR o período das férias da servidora FABIÓLA FERREIRA FIGUEIRA, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela PORTARIA Nº 3343/2009-MP/SGJ-TA, de 17/12/2009, em 1º a 30/7/2010, para gozo no período de 14/7 a 12/8/2010.

II - ALTERAR o período das férias da servidora GORETH ROCHA BORBA COSTA, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela PORTARIA Nº 3340/2009-MP/SGJ-TA, de 17/12/2009, em 1º a 30/7/2010, para gozo no período de 5/7 a 3/8/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 22 de junho de 2010.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 1740/2010-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 835/07-MP/PGJ, de 19 de março de 2007, R E S O L V E :

I – SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor GEISMÁRIO SILVA DOS SANTOS, Oficial de Serviços Auxiliares, estabelecidas pela PORTARIA Nº 1308/2010-MP/SGJ-TA, de 6/5/2010, no período de 7/6 a 6/7/2010, a contar de 21/6/2010, para gozo oportuno.

II – SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor KLAUS RHOSSARD SEABRA GUIMARÃES, Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional e Extrajudicial, estabelecidas pela PORTARIA Nº 1635/2010-MP/SGJ-TA, de 10/6/2010, no período de 15/6 a 14/7/2010, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 22 de junho de 2010.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa

PORTARIA Nº 1748/2010-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 835/07-MP/PGJ, de 19 de março de 2007, R E S O L V E :

I - AUTORIZAR o servidor GERMANO LEITÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR, Auxiliar de Serviços de Manutenção, gozar 30 (trinta) dias, por conta dos 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, estabelecidos pela PORTARIA Nº 1556/2008-MP/SGJ-TA, de 8/8/2008, referente ao triênio 2005/2008, no período de 4/8 a 2/9/2010.

II - AUTORIZAR o servidor JANILSON DA SILVA PEIXOTO, Auxiliar de Serviços Gerais, gozar 30 (trinta) dias restantes de Licença-

Prêmio, estabelecidos pela PORTARIA Nº 355/2008-MP/SGJ-TA, de 14/2/2008, referente ao triênio 2004/2007, no período de 24/6 a 23/7/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 23 de junho de 2010.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça

área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 012/2010/IC/MP/PJ/DC/PP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 124465

PORTARIA Nº 012/2010/IC/MP/PJ/DC/PP

PROC. Nº 058/2010

O 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio resolve instaurar Inquérito Civil, como desdobramento do procedimento administrativo preparatório nº 103/2008-MP/PJ/DC/PP que concluiu pela prática de ato de improbidade administrativa de responsabilidade de Miguel Wanzeller Rodrigues e Multitech do Brasil Comércio e Serviços de Informática LTDA, objetivando apurar se a Ata de Registros de Preços nº 10/2007, da Prefeitura Municipal de Guarujá, foi utilizada em outras contratações por órgãos da Administração Pública do Estado do Pará.

Belém/PA, 19 de março de 2010.

ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO

Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 013/2010/IC/MP/PJ/DC/PP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 124469

PORTARIA Nº 013/2010/IC/MP/PJ/DC/PP

PROC. Nº 048/2010

O 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio resolve instaurar inquérito civil para apurar possível prática de improbidade administrativa pelo ordenador de despesas Aldenor Monteiro de Araújo Júnior, em face da desaprovção de contas pelo Tribunal de Contas dos Municípios no Processo nº 140052004-00.

Belém/PA, 19 de março de 2010.

ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO

Promotor de Justiça

Diária

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 124361

Portaria: 1749/2010-SG

Objetivo: DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO A PROMOTORA DE JUSTIÇA VALÉRIA NOGUEIRA DA SILVA.

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E. Nº 5.810/1994.

Origem: JACUNDÁ/PA - BRASIL

Destino(s):

GOIANÉSIA DO PARÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991395/MARIANÉZIA OLIVEIRA BORGES (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1,5 diárias

(Completa) / de 07/07/2010 a 08/07/2010

9991395/MARIANÉZIA OLIVEIRA BORGES (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1,5 diárias

(Completa) / de 14/07/2010 a 15/07/2010

9991395/MARIANÉZIA OLIVEIRA BORGES (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1,5 diárias

(Completa) / de 21/07/2010 a 22/07/2010

9991395/MARIANÉZIA OLIVEIRA BORGES (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 1,5 diárias

(Completa) / de 28/07/2010 a 29/07/2010<br

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 124371

PORTARIA: 1750/2010-SG

Objetivo: DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO A PROMOTORA DE JUSTIÇA CRISTINE MAGELLA SILVA CORREA.

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E. Nº 5.810/1994.

Origem: AFUÁ/PA - BRASIL

Destino(s):

ANAJÁS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991347/MANUEL DE JESUS VILARINHO MONTEIRO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 8,5 diárias (Completa) / de 22/06/2010

a 30/06/2010<br

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2010-MP/PGJ/CGMP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 124814

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2010-MP/PGJ-CGMP, DE 23 DE JUNHO DE 2010

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA e a CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, nos termos, respectivamente, do art. 10, XII, e do art. 17, IV, da Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e dos arts. 18, XII, e 37, XIV, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e

CONSIDERANDO a educação como um direito social, sendo direitos de todos e dever do Estado e da família, e que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em

condições de liberdade e de dignidade” (arts. 6º e 205, da CF/88, e art. 3º da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes igualdade de condições para acesso e permanência na escola (arts. 53, I, e 127, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO o projeto existente no Ministério Público Estadual, de iniciativa dos Centros de Apoio Operacional da Cidadania e da Infância e Juventude, em conjunto com a Coordenadoria do GEPROC, de reaproveitamento, para fins de Política Social de Inclusão Digital, de equipamentos, componentes e resíduos sólidos elétricos e eletrônicos de máquinas “caça-níqueis”, apreendidas por ocasião de ações de combate e repressão ao crime organizado por utilização das mesmas na prática de contravenção penal consistente na exploração de jogos de azar;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a inclusão digital no Estado do Pará, garantindo a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação na área da educação, o que pode ser alcançado mediante o reaproveitamento de resíduos sólidos de equipamentos eletroeletrônicos existentes nas máquinas “caça-níqueis” para posterior transformação em computadores para uso didático-pedagógico;

CONSIDERANDO, por fim, o dever institucional do Ministério Público de defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, assim como de zelar pelo efetivo respeito por parte dos poderes públicos aos direitos assegurados nas constituições e nas leis (arts. 127, *caput*, e 129, inciso II, da Constituição Federal);

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLVEM:

Recomendar aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, com atribuição nos Juizados Especiais Criminais, que nos processos judiciais em que se apure a contravenção penal consistente na conduta de estabelecer ou explorar jogos de azar:

1) requeiram ao Juízo, por ocasião da proposta de transação penal (art. 76, da Lei nº. 9.099/95) ou da suspensão condicional do processo (art. 89, da Lei nº. 9.099/95), o perdimento da(s) máquina(s) “caça-níqueis” apreendida(s), sem prejuízo de outra eventual pena restritiva de direitos, em favor do Centro de Recondicionamento de Computadores do Benguí – CRC-Pará/Emaús, para posterior reaproveitamento e transformação em computadores para fins de Política Social de Inclusão Digital;

2) requeiram ao Juízo a imediata paralisação da destruição de qualquer máquina caça-níquel e instrumento utilizado para prática de jogos de azar apreendidos, a fim de que possam posteriormente serem destinados ao Centro de Recondicionamento de Computadores do Benguí – CRC-Pará/Emaús para revitalização;

3) requeiram, também, à autoridade judiciária, que o dinheiro (moedas e cédula), porventura arrecadado no interior das máquinas apreendidas, seja doado, na razão de 50%, ao Centro de Recondicionamento de Computadores do Benguí – CRC-Pará/Emaús para custeio de componente imprescindível à efetiva utilização da máquina convertida (teclado, gabinete, mouse, etc.).

Em sendo determinada, pelo Juízo, qualquer das medidas acima, recomenda-se ao Promotor de Justiça que a requereu o encaminhamento à Supervisão Administrativa dos Centros de Apoio Operacional de cópia da respectiva decisão judicial.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Belém/PA, 23 de junho de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Corregedora-Geral do Ministério Público

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 124817

PORTARIA: 2330/2010-PG

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Servidor: MARCUS VINICIUS BRITO NASCIMENTO

Cargo: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Matrícula Funcional: 999962

Recurso(s):

Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor

03092123745090000 0101000000 339030 600.00

03092123745090000 0101000000 339039 400.00

Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO